

Congresso apresentou este ano 200 projetos mas só dois viraram lei

BRASÍLIA — Mesmo com a Câmara dos Deputados e o Senado Federal em permanente recesso este ano — ambas as casas do Legislativo tinham apenas uma sessão por semana —, foram apresentados no Congresso mais de 200 projetos. Só dois se transformaram em lei: um do senador Afonso Camargo (PTB-PR), que instituiu o vale-transporte, e outro do deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS), que fixou os critérios para o preço mínimo da uva.

“O legislador brasileiro é frustrado”, diz o deputado Renato Viana (PMDB-SC), que apresentou 40 projetos e não teve nenhum aprovado. Ex-prefeito de Blumenau, ele explica a diferença de entre ser do Executivo e do Legislativo: “O Executivo sempre é o que realiza, o tocador de decisões e obras. O Legislativo, que teria que ser o responsável pela elaboração das leis, acaba sempre frustrado, porque no Brasil até a lei quem faz é o Executivo.”

Barreira do veto — Entre os projetos de Viana estavam a legalização do jogo do bicho e a reabertura dos cassinos. “Quando o parlamentar consegue aprovar um projeto na Câmara e depois no Senado, precisa enfrentar o Executivo, que quase sempre veta a iniciativa do Congresso. Isso aconteceu comigo na legislatura passada. Consegui aprovar um projeto que trazia benefícios fiscais para os atingidos com as cheias no Vale do Itajaí, mas o ex-presidente Figueiredo vetou.”

A mesma frustração teve este ano o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), um dos poucos parlamentares que tiveram projetos aprovados pelo plenário do Congresso. Um deles estendia os benefícios da Previdência Social, como o Piso Nacional de Salários, aos aposentados. Outro alterava os limites máximos para a definição das microempresas, tomando como base, os valores da OTN de julho — e não de janeiro. Ambos acabaram vetados pelo presidente José Sarney.

O senador Afonso Camargo é um dos raros congressistas que não se queixam. Seu projeto foi aprovado, sancionado e até encampado pelo governo, que se encarregou de fazer a distribuição do vale-transporte entre os trabalhadores.

Já o deputado Hermes Zanetti conseguiu obrigar a CFP (Companhia de Financiamento da Produção) a fixar todos os anos, entre agosto e novembro, o preço mínimo da uva, de forma que o valor fosse atualizado mensalmente até a data de pagamento do produto. “Isso beneficia 300 mil viticultores, que podem se programar para vender a colheita para as indústrias”.

Arquivo — Ele reconhece, no entanto, que não foi fácil. “Precisei me dedicar em tempo integral, conversar com os líderes, buscar apoio, fazer aprovar na Câmara e Senado e depois, a pior parte: não ser barrado no Executivo. Desta vez não hesitei, como ocorreu nos outros anos. Persegui o dr Ulysses e fiz ele telefonar pessoalmente para o presidente Sarney por duas vezes, até que o projeto foi sancionado sem vetos”.

Dos mais de 300 projetos que tramitam no Congresso, poucos terão chances de virar lei. No ano que vem, a prioridade continuará sendo a Constituinte. Depois disso, virá a etapa de elaboração da legislação complementar e de adaptação das leis vigentes à nova Constituição. Tudo indica que o destino de quase todas essas propostas será o arquivo.



Afonso Camargo